

Polícia” contra “ladrão”: Notas sobre a construção e desumanização do Outro em páginas sobre polícia e crime no *Facebook*

Henrique de Linica dos Santos Macedo – UFSCar
henrry_macedo@hotmail.com

Capes

GT-4: Transpondo fronteiras entre justiça do crime

Esta comunicação tem como objetivo analisar os discursos de desumanização e construção do Outro, presentes em páginas do *Facebook* ligadas ao trabalho policial e ao “mundo do crime”. Analisaremos este material a partir da literatura das ciências sociais que tratam da construção do binarismo Nós/Outro. As páginas analisadas foram criadas por policiais/admiradores, cujo o foco é transmitir, repassar e exaltar o trabalho das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, a ROTA. Nestas verifica-se o “combate” ao crime por meio de embates com outras páginas do Facebook que falam, exaltam o “mundo do crime” e o Primeiro Comando da Capital. Para análise foram acompanhadas as publicações das seguintes páginas “Admiradores da ROTA”; “Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar”; “Quem Não Viu. Parou Pra Ver” e “Nois Não Falha em missão 1533 pcc”. Ao lermos as diversas publicações, de todas essas páginas, vemos que existe uma semelhança dos discursos, dos conteúdos, moralidades e do “ódio” mútuo publicados nessas páginas. O nosso argumento é que nesses espaços virtuais as tensões, em nível discursivo, são importantes materiais de análise quando pensamos, no limite, as tensões entre esses dois grupos no “mundo *off-line*” e, de modo mais amplo, nas práticas, saberes, moralidades e discursos que circundam sobre o controle do crime paulista.

Introdução

Essa comunicação busca analisar a partir dos autores Norbert Elias, Michel Foucault e Howard Becker. O objetivo é buscar em suas obras ferramentas analíticas adequadas para o entendimento do nosso objeto de estudo a construção do binarismo Nós/Outro. E a partir das contribuições de Hannah Arendt desdobramos algumas considerações sobre a desumanização. Para tanto, para além da bibliografia, busca-se lançar um olhar analítico para algumas páginas do *Facebook*, algumas ligadas a policiais, seus admiradores e outras ligadas ao mundo do crime, explicitamente nas que aqui serviram como material de análise, ligadas ao coletivo de presos Primeiro Comando da Capital (PCC).

Essas páginas podem ser criadas por qualquer pessoa com conta nessa rede social, à finalidade dessas páginas é compartilhar conteúdos, dentro do já citado site, existem páginas de humor, de artistas, faculdades, ligadas a esportes e etc. Entretanto, já há algum tempo, esse meio de comunicação foi apropriado por policiais e/ou ligadas a eles, como também por pessoas ligadas ao mundo do crime. Existem muitas páginas ligadas à polícia ou ao crime, não só no estado de São Paulo, mas também em todas as regiões do Brasil. Contudo, para

esse exercício analítico focaremos na tensão PMESP (Polícia Militar do Estado de São Paulo) e PCC.

Das páginas ligadas a PMESP, destacamos apenas três, duas pelo grande número de *likes* (curtidas) e uma pela exposição mais violenta. Estas são: “Admiradores da ROTA”, com 396.046 mil curtidas; “Comando Especial”, com 147 mil curtidas aproximadamente e a mais recente e com muitas imagens fortes (mortos, feridos e etc.), “Fatos Policiais +18 – Sem censura”. Essa última criada no dia 22 de fevereiro desse ano (2014), já conta com 27.727 mil curtidas. Já as ligadas ao PCC, usaremos apenas duas, tendo visto que contém um maior número de conteúdos compartilhados, estas são: “Quem Não Viu. Parou Pra Ver”, com 21.202 curtidas e “Nois Não Falha em missão 1533 pcc”, está com 5.084 mil curtidas.

Os conteúdos dessas páginas exultam seu próprio grupo, expondo o que é do interesse dos seus moderadores (responsáveis por publicar nessas páginas) e ligado ao seu cotidiano. O que há em comum entre as páginas policiais e as do mundo do crime são a exposição de armas, sejam essas sozinhas ou com alguém as portando. Fotos com os membros de seus grupos, críticas, ameaças e fotos e vídeos de seus “inimigos” mortos ou sendo ridicularizados.

A construção do Outro

Elias (2000), em seu livro “Os Estabelecidos e os Outsiders” analisa as relações de poder em uma comunidade inglesa chamada Winston Parva. O objetivo da obra é compreender a lógica da configuração social e das relações de interdependência entre grupos da comunidade. A configuração encontrada no local da pesquisa demonstrou haver uma dicotomia entre dois grupos, um que foi chamado de estabelecidos, por morarem a muito tempo no local e os outsiders.

Winston Parva estava dividida em três zonas, a primeira contava com moradores mais privilegiados e a zona dois e três com operários das fábricas locais. E foi nestas duas últimas zonas que os autores encontraram uma cisão entre o grupo da zona dois e os que habitavam a zona três. Os moradores da zona dois, moradores mais antigos da região, se consideravam superiores aqueles da zona três, moradores mais novos. Sendo esta a única diferença

significativa entre os grupos, o suficiente para que os estabelecidos da zona dois estigmatizassem os moradores da zona três, considerando-os como outsiders.

A partir desse caso empírico - considerado como paradigmático – desdobramos uma análise sobre os processos de construção do outro, estigmatização e relação de poder entre os grupos. Paradigmático, pois não havia características raciais distintas, assim como a origem étnica, profissão e condição financeira eram muito semelhantes. Um caso bem diferente como apontam no texto, de outros estudos sociológicos que apontavam tais diferenças como condicionantes da rotulação do outro.

A conclusão do autor vai apontar para um nível maior de análise, argumenta que a figuração social estudada existe um equilíbrio instável de poder com tensões inerentes entre os dois grupos, precondição decisiva para qualquer processo de estigmatização de um grupo outsider pelo grupo de estabelecidos.

Chama a atenção na análise de Winston Parva os mecanismos de estigmatização que lançam mão os estabelecidos, como a fixação de rótulos de “valores humanos inferiores” ao outro grupo, atribuindo a essas características “ruins”, rotulando de pessoas de moral baixo que não possuíam as qualidades necessárias para fazer parte do grupo de estabelecidos. Elias considera essa comparação, como parte fundamental para a construção da identidade dos estabelecidos, pois se atribuiriam em contra partida aos outsiders, estes teriam sua autoimagem tomada como exemplar e superior, separando-se dos demais por possuir melhores características.

A capacidade de estigmatização e sua eficácia para o autor estão atreladas ao posicionamento do grupo estabelecido na rede de poder, em instâncias importantes de decisão e a capacidade desse grupo de excluir dessas posições indivíduos do grupo estigmatizados. Caso contrário, a capacidade de estigmatizar diminuiria ou enfrentaria um processo de inversão, com o grupo de outsiders assumindo posições de poder, o estigma e a rotulação dos estabelecidos sobre os outsiders poderiam enfraquecer. Além da possibilidade de se tornarem alvos desses processos como uma forma de retaliação.

Nesse sentido, podemos perceber ao olhar para as páginas da rede social (*Facebook*), ligadas a atividade policial ou ao mundo do crime, que nesse domínio não há posições de poder que eles possam assumir para excluir o outro. Há sim, uma equivalência entre os grupos, uma vez que podem rotular o outro com base nos seus valores e experiências de grupo. A posição de poder está fora de suas mãos, está sobre o controle de funcionários da empresa, a única

possibilidade de censura e exclusão viria da capacidade de mobilização de seus membros para denunciar ao site práticas que iriam contra a sua política.

Ainda analisando sobre o prisma da obra de Elias, o que mais se destaca é a atribuição de baixos valores humanos pelos diferentes grupos, bem como a capacidade de exaltar características superiores para o próprio grupo. De certa forma, essa dupla via de estigmatização colabora para o reforço das posições antagônicas e demarcam uma distância social entre os diferentes grupos. Como por exemplo, a postagem do grupo Admiradores da ROTA sobre uma ocorrência que resultou em morte por decorrência de abordagem policial:

Vagabundo de 15 mandou bala pra cima da PM e levou chumbo. Depois saem às ruas e fazem um verdadeiro inferno em São Matheus, ateando fogo em caminhões e carros e destroem tudo em defesa do marginal. (09/03/2014).

Ou ainda uma postagem do grupo Quem Não Viu. Parou Para Ver em um comentário sobre uma abordagem da PMESP:

E revoltante frustrante ser enquadrado desnecessario ser agredido por mlk fardado desorientado despreparado mal acostumado autoritario [#SoldadoDoInfernoArrombado](#). (05/03/2014).

Há ainda a probabilidade de pessoas ligadas a PMESP ou os próprios PM'S de intervirem em páginas ligadas ao mundo do crime, e vice-versa, como aconteceu na página Nois Não Falha na Missão 1533 pcc. Publicaram nessa página uma foto de uma menina segurando uma arma de fogo com a legenda: "ELAS NÃO USSA TAMANQUINHO ELAS USSAM NIKE DE MOLA! PRINCESSA DO CRIME pft comemtem" (03/03/2014). Em um dos comentários da foto, um perfil com o nome de Paulo Castro comentou no mesmo dia: "VADIA". O comentário foi respondido pelos administradores da página dando início a um desentendimento:

Administradores da página: saii fora maluco vacilão.

Outro usuário da página: sai fora alma sebozaa du karay.

Paulo Castro: tudo rastreado por perfil vai tudo virar cinza.bando de lagarto..

Administradores da página: verme bate de frente viadoo akii é 15 33 não abaixa cabeça pra vcs não seu lixoo verme !!

Becker (2009) vai argumentar que as regras, os desvios e a rotulação são construções de diversos processos políticos. Para o autor, a imposição dessas regras, desvios e rótulos derivam de um grupo vitorioso, fazendo com que seus pontos de vistas sejam instituídos como normas reguladoras, o normal, o legítimo. O desvio aparece no desenvolvimento do seu livro como não sendo algo em si, não está de maneira alguma na essência dos atores

sociais, dos indivíduos. São antes, frutos de processos duradouros de julgamento que envolve a luta entre grupos para atingir alguns de seus objetivos.

Desvio, portanto, não tem origem no comportamento do indivíduo, mas emerge no ato de interação com outros indivíduos que vão reagir a esse comportamento. Logo, Becker vai argumentar que se o comportamento faz reagir, trata-se o desvio de um julgamento, uma rotulação de fora sobre a ação do indivíduo, mas que ele nem precisa aceita-lo e ainda, se aproximando da análise de Elias, pode realizar uma inversão e rotular seus rotuladores.

Ao analisar sob a ótica desta teoria, os rótulos atribuídos tanto aos atores das páginas ligadas ao trabalho policial, quanto aos ligados ao mundo do crime são aceitos e negados em certas medidas. Quando acusam o policial de ser violento e abusivo, ou o “criminoso” também de serem violento, estes não necessariamente se veem como tal, mas para, além disso, é importante entender a dinâmica, do que chamaremos de mão dupla de rotulação entre os que apoiam a polícia e os que apoiam os agentes do mundo do crime.

Primeiro no que diz respeito à legitimidade que o rotulado concede aos rotuladores, no caso das páginas policiais a uma ampla aceitação de qualquer rotulo de abuso contra “bandidos” nada mais é do que a comprovação do posicionamento daquele que o está rotulando, ou seja, os acusadores de ações violentas contra agente do mundo do crime, nada mais são para eles que criminosos também e se, de algum modo, estes se sentiram afrontados ou desrespeitados é porque as suas ações atingiram seus objetivos. E, do mesmo modo, os agentes do mundo do crime quando são rotulados pelos de fora, seja por policiais, seja por outros grupos veem o rotulo como coisa dos “vermes” ou do “Zé povinho” descaracterizando o rotulo ou se sentindo premiado por ele.

A questão da rotulação desta maneira assume outro papel, um papel positivo na concepção de quem o recebe, pois estão cumprindo seu papel, cumprindo suas obrigações, seja como “bom policial”, seja como “cidadão de bem”, e do “outro grupo” está se cumprindo a função, a identidade criminosa como “cabuloso”, “terrorista”. Como publicado em outro grupo – O Coringa Vida Loka - do *facebook*, uma imagem com a figura do Coringa – vilão do Batman – que contém uma frase muito emblemática, reforçando nosso argumento: “Eu vivo do meu jeito. Se te incomoda é porque funciona”. Os rótulos são ressignificados de certa forma, pelo menos no plano simbólico, como uma forma de reconhecimento, do medo gerado pelas suas ações nos seus inimigos. Como podemos observar nessas páginas mesmo, com autodenominações como “Palhaço terrorista” por um lado, de outro, imagens de caveiras

ostentando o fardamento, seja da força tática, seja da ROTA, em ambos os casos a violência não aparece como algo a ser repudiado quando se trata do próprio grupo. Só aparecendo negativamente, quando o “outro lado”, mobilizando palavras de baixo calão, infere sobre essas ações.

Podemos destacar ainda que mesmo dentro de uma regra formal, ou seja, já institucionalizada é tomada por outro significado na concepção dos atores envolvidos na elaboração das páginas, tanto pelas suas enunciações, como também pelas práticas elaboradas por eles fora delas, no mundo *off-line*. Desta forma, contrariar o artigo 121 – homicídio - do código penal brasileiro não causaria vergonha nenhuma a um policial da ROTA ou da Força Tática, se a vítima fosse um “criminoso” ou “lixo”. Da mesma forma que, para muitos do mundo do crime, assassinar um policial só traria *status* no mundo do crime, por matar os “vermes” ou “coisas”. Ainda analisando esses últimos, a rotulação de artigo 157 – Roubo – ou artigo 33 – tráfico – do código penal brasileiro aparece como parte de uma competência pessoal, que consta como um currículo no mundo crime, sendo ostentados como uma forma positiva e não negativas.

Quanto aos homicídios, seja de policiais, seja de “criminosos”, podemos verificar nessas páginas que é uma constante, seja publicando a foto do “outro”, do “inimigo” e perguntando o que esse “lixo”; “verme” e etc. merece. Seja na utilização de frases ou imagens ameaçadoras, como por exemplo, o projeto de cadeia perfeita para os Admiradores da Rota, uma sepultura porque essa não possibilidade de fuga, não gastaria o dinheiro do “povo” cuidando de “marginal”. De outra maneira, entre essa troca constante entre os grupos, podemos constatar a existência de transformações das frases do “inimigo”, como uma resposta a esse. O caso mais emblemático é a frase “Bandido bom, é bandido morto”. Essa frase foi apropriada pelo mundo do crime e transformada em “policial bom, é policial morto”. Ou então em imagens semelhantes publicadas pelos dois grupos, a representação de si com a cabeça do inimigo cortada pela foice:



Imagem publicada no Nois Não Falha em Missão 1533



Imagem publicada na página Admiradores da ROTA

Eis o decreto dessas imagens, o grau superior de discurso que ela explicita, seria um último nível da construção do outro, não se trataria mais só do discurso do construir um Nós, estabelecer um grupo. Para além de empreendedorismo moral e seus cruzados ou então aqueles que, são desviantes por carreira. As frases e os desenhos acima, as muitas fotos, vídeos de pessoas mortas ou morrendo que aqui não foram anexadas, mas foram publicadas nas páginas analisadas, aciona outra gramática de discurso. Não se trata de excluir o outro das posições de poder, menos ainda de somente rotulá-lo, trata-se de um discurso de morte, do matar ou morrer, um discurso de sobrevivência, uma sobrevivência não de corpos, mas de moralidades do grupo.

Isso está em jogo nos embates nas páginas de uma rede social, contudo só foi um efeito de poder observável nesse meio de comunicação, a expressão rala e virtual das tensões cotidianas, dos pensamentos cotidianos daqueles experimentam essas fraturas sociais sendo tencionadas dia-a-dia. Vê-se ao pesquisar as publicações diárias a exultação do futuro, do futuro e continuidade de um modo de vida, de uma ideologia, de valores morais. Como se apresenta essa exultação? No legado deixado aos mais novos.

Em quase todas as páginas, há muitas fotos de crianças e adolescentes imitando os adultos, seja de farda no caso da PM, seja com uma arma na cintura ou na mão de uma criança ou adolescente em uma responsabilidade do tráfico ou do roubo. Os primeiros, as páginas ligadas à polícia mostram meninos e meninas fardados, nos comentários e nas legendas mais do que um elogio à beleza das crianças, mas uma “fé” no mundo, uma luz de que aquelas crianças podem suceder suas mães ou pais policiais nessa profissão de “idealistas”.

Já nas ligadas ao mundo do crime, as fotos mostram também o futuro da “quebrada”, do “crime”, da “família”. Nos comentários também uma aprovação pela escolha certa deles, seja um ou uma adolescente, o significado aqui também é a continuidade do mundo do crime, dos valores neles arraigados. Nosso argumento fica mais explícito quando direcionamos nosso olhar para o Rio de Janeiro, onde a “molecada do tráfico” constantemente é chamada de cria da comunidade, não se trata aqui apenas de nascer em uma porção de terra, trata-se sim, da socialização no grupo desde criança, aprendendo seus valores, suas moralidades e na continuidade deles.

Nesse sentido, propomos aqui um diálogo com Foucault, e sua proposta de analítica do poder. Pretendemos aqui seguir a ideia desse autor, entendendo que o discurso “... não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (Foucault, 1999, p. 10). O significado então das páginas passa de um mero fato, mais que um simples meio de circular alguns conteúdos entre um grupo, é antes, uma disputa pela fala, pela verdade, pela busca de firmar seu discurso como verdade.

A hipótese de Foucault, em “A Ordem do discurso” (1999) é que em toda sociedade a produção do discurso é alvo de procedimentos de controle, seleção, organização e de redistribuição, a função desses procedimentos é evitar a materialidade deles, ou seja, maquinar os poderes e perigos do discurso, assim como controlar sua aleatoriedade. O autor vai caracterizar alguns desses procedimentos, apontando sua crítica a dois deles, o de exclusão e o de interdição.

A interdição se separaria em três: Tabu do objeto; ritual das circunstâncias; direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. O tabu do objeto refere-se a restrições quanto ao que pode ser dito, sobre o que pode se dizer, como por exemplo, a sexualidade, sobre o corpo. O ritual das circunstâncias restringe cataloga o poder dizer atrelado a um determinado contexto, geralmente ligado a um contexto específico, a presença de pessoas específicas, como uma reunião com autoridades. O direito privilegiado ou sujeito exclusivo de fala está fortemente vinculado a assuntos que não são de domínio corriqueiro, a restrições sobre o assunto que pode ser discutido, ninguém pode falar de tudo. O lócus privilegiado para o exercício de poder dos discursos é a sexualidade e a política, dado que as interdições revelariam neles a articulação entre desejo e poder.

O sistema de exclusão é um sistema de relação/oposição entre verdadeiro e falso. O argumento do autor vai se construindo desde a época dos filósofos e poetas gregos da antiguidade até as mudanças científicas do século XVII e XVIII na Europa. O que está em jogo é a transformação vontade de verdade e o verdadeiro, enquanto na antiguidade grega o verdadeiro se submetia a um sujeito de direito do discurso de verdade, podendo fazê-lo mediante rituais específicos da época. Já nas grandes mudanças científicas dos séculos XVII e XVIII, a vontade de saber, assim como os discursos de verdade submetem-se a uma institucionalidade, essa tendo o suporte de um sistema pedagógico, de publicação e de locais de depósito ou emanção da verdade. Essa institucionalização para Foucault vai marcar uma nova dinâmica de produção e a relação de saber-poder, produção agora baseada em um conjunto de métodos - a partir de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis e classificáveis - para a “apreensão” do real, o que estiver fora dessa nova relação é excluído como falso. São três os grandes sistemas de exclusão nessa relação: a palavra proibida; a segregação da loucura e a vontade de verdade.

O discurso verdadeiro, posta como uma necessidade da liberdade das formas do desejo e do poder, não reconhecendo, contudo que, há vontade de saber o atravessa, ao contrário, afirma o autor, a vontade de saber se apresenta de forma imposta a nós. Seguindo esse caminho, podemos puxar ainda dessa obra instrumentos de análise para que possamos classificar, minimamente, quais limitações são impostas aos discursos proferidos no nosso objeto de análise.

Dentro das formas de restrição dos discursos, nos parece que a doutrina é a mais adequada para a compreensão das páginas estudadas, porque não está restrita como no caso da disciplina ao estabelecimento de limites na produção do discurso segundo a forma e conteúdo. Quanto à doutrina:

A doutrina ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, define sua pertença recíproca. Aparentemente, a única condição requerida é o conhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra – mais ou menos flexível – de conformidade com os discursos validados; se fossem apenas isso, as doutrinas não seriam tão diferentes das disciplinas científicas, e o controle discursivo trataria somente da forma ou do conteúdo do enunciado, não do sujeito que fala. (Foucault, 1999, p.42).

Seguindo essa ideia de doutrina, podemos perceber que nas páginas estudadas a uma preocupação com o conteúdo e com quem o enuncia, não basta apenas publicar na página, há uma preocupação de quem é o sujeito que o publicou. Nesse caso, não só o conteúdo é analisado como verdadeiro ou não, mas a própria pessoa sofre um escrutínio – mesmo que

seja pela análise do seu perfil – para saber se ela mesma é uma pessoa verdadeira ou falsa, se está junto do *hall* dos amigos ou dos inimigos.

A discordância com o que é enunciado nas publicações pode gerar retaliações por parte de outros sujeitos, seja como forma de estigma, como acionar enunciados que a coloquem como inimiga, uma pessoa a ser vista com olhar de desconfiança. Em muitos casos, principalmente na página dos Admiradores da Rota, os moderadores publicam críticas há partidos políticos que estão em posições dentro do governo federal ou estadual, se algum dos seguidores exprimirem um enunciado de defesa ou ponderação, logo será retaliado, seja por outros seguidores, seja pelos próprios moderadores. A pertença doutrinária questiona:

Ora, a pertença doutrinária questiona ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala, e um através do outro. Questiona o sujeito que fala através do enunciado e a partir do enunciado, como provam os procedimentos de exclusão e os mecanismos de rejeição que entram em jogo quando um sujeito que fala formula um ou vários enunciados inassimiláveis; a heresia e a ortodoxia não derivam de um exagero fanático dos mecanismos doutrinários, elas lhes pertencem fundamentalmente. (Foucault, 1999, p.42).

Um exemplo disso se deu a menos de um mês na página acima citada, em uma de suas publicações críticas ao governo e a políticas públicas do Partido dos Trabalhadores (PT), uma seguidora saiu em defesa e manifestou sua discordância na área destinada a comentários. Pouco tempo depois, os administradores da página, também nessa mesma área comentaram: “Petistas não são bem-vindos aqui”. Outro exemplo pode ser percebido nas páginas relacionadas ao mundo do crime, quando algum dos seguidores discorda, enuncia algo contrário às expectativas do grupo, tem sua identidade posta em questão. Nos dois casos o que está em jogo é a pertença de valores e moralidades do grupo, caso não se partilhe dos mesmos valores e moralidades, o sujeito é tido como inimigo, sendo hostilizado por outros do grupo.

O problema seria a própria verdade, em como essa é produzida pelos diferentes grupos a partir de seus valores e moralidades também produzidos pelas relações de força, tensões entre os grupos divergentes. A verdade aparece como uma arma nas relações de força, um meio de articular a si e excluir o outro. A verdade assim vai aparecer assim, como uma disputa discursiva dentro de uma relação de força, uma verdade-arma que pretende empoderar a doutrina de um grupo e excluir a doutrina discordante de outro.

A desumanização do Outro

Hannah Arendt em sua obra “Homens em Tempos Sombrios” (1987), mais especificamente, o prefácio da obra e seu primeiro capítulo “Sobre a humanidade em tempos sombrios: Reflexões sobre Lessing” (p.7:40). A escolha desta autora e de seu respectivo texto para esse debate se justifica pelo seu trabalho pós-guerra em entender os processos de desumanização que levaram ao “espetáculo” catastrófico de uma maquinária de matar, uma “novidade” produtiva da capacidade de extermínio.

A tentativa aqui, cabe dizer, não se trata de comparar o estado de São Paulo a um regime Nazista, nem ao menos colocar a Polícia Militar como seu exército e, nem assemelhar a ROTA ao aparato da polícia política nazista e forças especiais do exército alemão das SS. O objetivo é, como adverte Arendt, o regime totalitário de Hitler e as ações destes durante a guerra e suas ideologias, não se constituem – ao analisar-se a discussão de fundo – novidade alguma para a humanidade.

Logo ao princípio, a autora deixa claro seus objetivos, analisar como algumas pessoas específicas, buscando entender como “viveram suas vidas, como se moveram no mundo e como foram afetadas pelo tempo histórico” (Arendt, 1987, p.7). Entender como cada uma delas, tão “diferentes entre si”, respondeu e foram afetadas pela primeira década do século XX e todas as “suas catástrofes políticas, seus desastres morais e seu surpreendente desenvolvimento das artes e ciências” (Idem, p.7), tempo também apontado pela como “tempos sombrios”.

Tempos que a princípio ela explica pelo poema de Brecht, que cita temas como desordem e fome, massacres e carniceiros – aqueles que os produzem -, o ultraje e o desespero e, sublinhamos este termo, Ódio legítimo. Quando a autora cita que “... o ódio legítimo que no entanto, conduz à fealdade, a ira fundada que torna a voz rouca” (p.7), na nossa leitura, ela está tratando que apesar de se justificar o ódio, apesar de se ter “razão” para a ira, ambos em ação não permitem que as pessoas reflitam. Ainda entendemos, que quando diz “torna a voz rouca” está querendo se referir a incapacidade criada pela ira do estabelecimento do diálogo - estabelecido no âmbito público (político).

Nossa leitura se baseia na distinção que a própria autora faz de duas esferas sociais, na sua obra “A Condição humana” (1981), a saber: A esfera pública e a esfera privada. Para Arendt, o homem limitado a esfera do privado não é ouvido, visto pelos membros da comunidade

política, não partilhando assim objetivamente, da ação política no espaço da polis. Dado que, a esfera privada limita-se ao interesse pessoal, aos condicionantes da sobrevivência biológica da casa e da família. (p.68-78)

Por outro lado é na esfera pública do comum - apesar de não ser o espaço da igualdade da natureza humana - representação do espaço no qual reside o objeto comum a todos os indivíduos, à política. Assim, é o espaço público o próprio espaço político, que teria por função comportar toda a pluralidade de opiniões. E ainda, é só nesse espaço que se daria a ação humana, ou para a autora, a necessidade dos homens de viver entre seus semelhantes.

É a qualidade dessa ação que supõem o caráter social, ou ainda, a sua pluralidade. A autora aponta que há uma confusão entre social e o político. Esse embaralhamento seria fruto de uma moderna concepção de sociedade, na qual a esfera política seria uma esfera reguladora das relações da esfera privada. Para a autora, atualmente é a economia política do Estado Nação que garante ao poder estatal o controle sobre a administração doméstica do lar, constituindo-se assim, um processo contraditório. Pois originalmente, o espaço privado pertencia ao chefe de famílias e o espaço público ao exercício de cidadania na polis. Dito isso, voltando aos “Homens em tempos Sombrios”, ainda em sua introdução Arendt diz:

Tudo era suficientemente real na medida em que ocorreu publicamente; nada havia de secreto ou misterioso sobre isso. E no entanto não era em absoluto visível para todos, nem foi tão fácil percebê-lo; pois, no momento mesmo em que a catástrofe surpreendeu a tudo e a todos, foi recoberta, não por realidades, mas pela e pela algaria de duplo sentido, muitíssimo eficiente, de praticamente todos os representantes oficiais que, sem interrupção e em muitas variantes engenhosas, explicavam os fatos desagradáveis e justificavam suas preocupações. (Arendt, 2008 p.7 e 8)

Esse parágrafo parece resumir as preocupações da autora na obra, e resumidamente, a preocupação de toda a sua história e agenda de pensamento. O fato ser público, para a autora é ser político, e ao mesmo tempo difíceis de se entender, se explicar (como no caso dos representantes oficiais), se “ver” ou perceber demonstra como essas “catástrofes” detêm grandes propriedades de formas e pensamentos cotidianos. Além, ao que parece, de um conflito entre as teorias, modos de vida e “verdades” que informaram as causas dessas catástrofes que deixariam evidente “as chagas” do mundo ocidental moderno. Um bom exemplo vem da própria autora quando essa escreve “Eichmann em Jerusalém” (1999) como veremos mais adiante.

Essa parcela do cotidiano, das verdades e do modo de vida, Arendt vai se perguntar se, não era em partes, uma camuflagem difundida do *establishment* ou sistema. Sistema que está

ligado a um sistema político, e como já vimos, política é para a autora eminentemente a construção de um espaço público. Esse espaço teria a função de iluminar e possibilitar a ação do homem, visibilizando quem são esses homens e o que podem fazer, seja para melhor ou para pior.

É justamente quando o espaço público não cumpre essa função, que “a luz se extingue” e as sombras chegam. O não cumprimento de tal função está vinculada aos discursos com enunciado que pouco falam de si, e ao mesmo tempo são escondidos sob que o pretexto de preservar antigas verdades. O que só é possível sob um governo “invisível” e uma falta de credibilidade dos homens para com o espaço público.

É nesse debate sobre luz e sombras que a autora se concentra, busca ainda retirar do que considera sombra um recorte espaço-temporal para mostrar que os tempos sombrios não raros na história ocidental, e não estão restritos de maneira nenhuma a Alemanha Nazista, ou aos seus aliados, nem sequer ao curto, porém brutal, tempo que permaneceram esses no poder de seus respectivos territórios e ocupações.

Para expor suas preocupações, temores e esperanças Arendt usa o poeta, dramaturgo, filósofo e crítico de arte alemão Gotthold Ephraim Lessing. Tomando os seus posicionamentos, preocupações e relação com o mundo e a política, a autora aponta para grandes discussões que a fazem se movimentar no âmbito político. Lessing defendia a sua posição no mundo, duvidava das verdades quanto mais alguém tentava as provar, e ao mesmo tempo, tentava proteger algo em si quanto mais alguém tentava espinhar tal verdade.

Sua principal preocupação era com a liberdade, sua crítica ia em prol da segurança do mundo que só viria em termos de diálogo, no qual todos os posicionamentos dos homens viriam nos termos de sua posição no mundo. Tal preocupação advém das posições que tentam obrigar por qualquer razão as outras pessoas a viverem isto ou aquilo, segundo uma dita verdade. E, ao mesmo tempo, era um homem que se colocava a pensar criticamente sobre o mundo, não deixando de desafiar preconceitos e “contar a verdade aos apaniguados da corte”. Levando ao desejo de Arendt:

A crítica, na acepção de Lessing, sempre toma partido em prol da segurança do mundo, entendendo e julgando tudo em termos de sua posição no mundo num determinado momento. Tal mentalidade nunca pode dar origem a uma visão definida do mundo que, uma vez assumida, seja imune a experiências posteriores no mundo, por se agarrar solidamente a uma perspectiva possível. Precisamos muitíssimo de Lessing para nos ensinar esse estado mental, e o que dificulta tanto aprendê-lo não é nossa desconfiança em relação ao Iluminismo ou à crença do século XVIII na humanidade. (p.15)

Para a filósofa, a dificuldade de aprendermos tal lição se deve a obsessão do século XIX pela história e o compromisso com a ideologia que continua a influenciar a sua época – século XX. Este compromisso e obsessão informaram a maioria dos pensadores do seu tempo, e colocava todo o pensamento livre, que não baseava-se na história nem na ideologia, em descrédito, desprovido de autoridade. Logo, o pensamento requer inteligência, profundidade e acima de tudo coragem. Lessing, como nós conta Arendt, não está preocupado com o axioma da não-contradição, não pretende ter uma coerência própria na escrita ou na fala:

Não tenho a obrigação de resolver as dificuldades que crio. Talvez minhas idéias sejam sempre um tanto díspares, ou até pareçam se contradizer entre si, basta que sejam ideias onde os leitores encontrem material que os incite a pensar por eles mesmos. (Apud Arendt, 2008, p.15)

Dessa passagem a autora nos explica que Lessing não desejava ser coagido e nem coagir ninguém, seja pela força, seja por demonstrações. Ele temia a tirania daqueles que tentavam dominar o pensamento por raciocínio, sofismas, privando a liberdade e sendo mais perigosos à esta que ortodoxia. Mas, acima de tudo, Lessing demonstrou não coagir a si mesmo, não fixou identidades ou se filiou a sistemas de pensamento, o interesse dele estava voltado ao “*fermenta cognitions*”, cultivando o pensamento para si mesmo e o incentivando aos outros. Esse que não pretende comunicar conclusões, antes estimular o pensamento independente, com a intenção de produzir um debate. Entretanto, o debate ao qual se referia não era o debate de si consigo mesmo, mas era um debate antecipado com o outro.

A capacidade de livre movimentar-se é o que liga segundo Arendt, essencial não somente para a ação, como para o pensamento, se falta liberdade tanto a ação, como o pensamento sofrem duros golpes. Assim, incentivou também a liberdade de movimento, pois a falta ou a limitação desse movimento representa historicamente a pré-condição de escravidões, mentais, físicas ou ambas. Logo, a liberdade de movimento é a condição para que os homens tenham possibilidade de ação, para que os homens em tendo capacidade ação possam experimentar a liberdade no mundo, e nele fazerem-se aparecer. (Idem, p.17)

É exatamente a falta de liberdade de movimento, a falta de capacidade de pensar e agir, ambos teriam importância igual, que a autora vai criticar. Para ela, quando o homem se abstém de pensar, deposita sua confiança em velhas ou novas verdades para verificar toda a experiência, a própria humanidade perde sua vitalidade. Contudo, adverte que as revoluções fracassaram ao não fundarem nenhuma verdade, pois apesar dos pesares, ao derrubarem os velhos pilares de conhecimento e não colocar nada em seu lugar impediram a continuidade e a permanência ceifando uma certa seguridade dos homens.

É nesse ponto que a autora diferenciara a esfera privada, a que remete ao que expomos até agora, e a esfera pública ou âmbito público. Pois, com o fracasso da Revolução Francesa, e a falta de permanência o mundo teria se tornado inumano, a medida o mundo teria se tornado árido as necessidades humanas. Dessa forma, há uma necessidade das pessoas tentarem reerguer os velhos pilhars, os quais certamente serão novamente derrubados, mas a consequência desse erro é o crescente afastamento, o aumento da desconfiança das pessoas para com o mundo e os demais aspectos do âmbito público.

Tempos sombrios são quando o âmbito público se obscurece e o mundo se torna dúbio, fazendo com que essas não mais peçam nada mais à política do que respeito a necessidades vitais e liberdades pessoais. A consequência desse afastamento é esvaziar o espaço público, transformar o mundo em uma fachada onde as pessoas se escondem e aos quais grupos negociam com grupos independente do que a autora chama de mundo entre eles.

Nesses tempos entretanto, é que emerge um tipo peculiar de humanidade. Para Rousseau é a fraternidade a realização dessa humanidade, para Lessing é a amizade que surge como fenômeno em que a humanidade pode provar-se a si mesma. Esse tipo de humanidade é inevitável quando os tempos se tornam extremamente sombrios, principalmente para certos grupos, aos quais não por escolha, mas por obrigação devem retirar-se do mundo. A autora aponta exemplos como os povos escravizados e as perseguições aos judeus no século XVIII.

Nesse sentido, seria em tempos sombrios que uma “natureza humana” ganharia relevo. Essa natureza é fruto de sentimentos como compaixão, sua antítese a crueldade e o medo, sendo tanto o primeiro quanto o segundo um afeto, um sentimento de prazer na dor e demonstram a instintividade do homem, que não produz diálogo algum. De outro lado, a fraternidade seria um sentimento natural que manifesta-se como desdobramento da obscuridade do mundo e do âmbito político, gerando a humanidade dos grupos insultados, injuriados que viria também de um ódio mútuo contra os perseguidores. Apesar de nos mostrar essa “natureza humana”, a autora dirá que essa fraternidade, essa compaixão e acolhimento não são duráveis, dispersando e desaparecendo quando os tempos deixam de ser sombrios.

Essa humanidade dos injuriados e perseguidos seria uma tentativa de substituir a luz do público por “fagulhas” da aproximação com outras pessoas ou grupos. Mas não contribuíam, apesar de seus esforços para a criação de um mundo humanizado, ao contrário o mundo cada vez mais vai se desumanizando com a polarização e as consequências dos tempos sombrios, gerando um mundo inumano.

A amizade vai aparecer nesse sentido como uma saída apresentada por Arendt, ela vai buscar esse conceito novamente em Lessing, como uma possível saída para a construção de um mundo humanizado, e um espaço público iluminador. Para Lessing, a instituição de uma verdade absoluta encerra o debate entre os “humanos”, e ao mesmo tempo, a objetividade de uma demonstração científica também empobrece o diálogo, pois independente do que se diga, essa pode ser usada como argumento de inflexibilização, impedindo o questionamento do mundo nos debates.

Nesse sentido é que, a amizade seria a solução, pois mesmo com uma verdade ou com uma certeza científica as pessoas se tornariam mais flexíveis uma com as outras, dessa maneira favoreceriam o debate de ideias. Dessa maneira, a amizade aparece como potencializadora do debate, e pela sua flexibilidade impossibilitaria a verdade absoluta no mundo e a existência de uma certeza inflexível.

A verdade dessa maneira seria humanizada pelo discurso, não o que acaba de passar em sua mente no momento, não uma verdade pré-existente absoluta, mas apenas o que acha que é verdade. Assim, para a autora, o mundo só pode ser humanizado quando muitas vozes e enunciados então circulando em forma de debate, sendo uma construção coletiva. Na qual, o “acho que é verdade” une e separa os homens, e o estabelecimento dessas distâncias, desses limites entre os homens é a autora compreende como mundo. Qualquer verdade que se produza fora dessa relação, é por si mesma, uma verdade inumana.

Dado essa breve revisão, como podemos pensar o nosso objeto de estudo? Como poderíamos trabalhar o conceito de tempos sombrios sob o contexto do estado de São Paulo, mais especificamente na segurança pública? De que maneira essa construção do que é humano, inumano ou não humano se apresentaria no nosso espaço empírico?

Poderíamos pensar sobre o prisma de Arendt que não há um debate estabelecido na área de segurança pública entre perseguidos e perseguidores. Ao pensarmos exclusivamente na ROTA, esse diálogo se inviabiliza exatamente pelo não reconhecimento da figura do “ladrão” como humano. Uma simples frase, dita por um tenente que serviu no batalhão poderá explicitar esse argumento. Quando da nossa visita à ROTA, o tenente R nos disse: “A ROTA não gosta de ladrão. Com ladrão não tem conversa, não tem conversa por não gostarmos de ladrão” e, pela frase que ressoa para muitos policiais da ROTA “Bandido bom é bandido morto”.

Fica ainda mais difícil considerar a construção de um diálogo quando consideramos que: Os policiais de ROTA vão para a rua “combater”, “caçar” criminosos, vão cumprir ordens, principalmente porque a desumanização chega ao encarceramento em massa e a alta letalidade. Dessa maneira, parece desde a sua criação até os dias de hoje a ROTA e a PMESP constituem-se um dos mecanismos de um tempo sombrio onde grupos de pessoas não tem direito sequer as suas próprias vidas. Como podemos reforçar pela descrição do blog “Admiradores da ROTA +18”¹:

Descrição do blog: ... O intuito desse espaço é exibir na íntegra imagens do cotidiano urbano. O conteúdo é pesado e não recomendável para menores de idade e pessoas sensíveis, advertimos antes para não se queixarem depois! Aos que nos visitam, sejam, muito bem vindos e voltem sempre!

Ou então em uma publicação recente 14 de setembro que apresenta as fotos de um suspeito de tentar assaltar um policial militar. Cada foto mostra o corpo na maca sem camisa com inúmeras marcas de perfurações. Destacamos essa postagem não por ser uma ocorrência da ROTA, mas pelo discurso acionado:

O vagabundo que aparece morto nessas fotos era um bandido, foi assaltar um policial militar mas foi alvejado pela vítima, que reagiu a tiros ao assalto. Essa é a realidade, se esse verme da foto descobrisse que sua vítima era um policial, o executaria sem pena tampouco piedade. Quem pode mais, chora menos, o PM preparado e treinado deitou no balaço esse traste que só atrasava o lado do cidadão de bem.

Dessa maneira, vemos que a desumanização desse indivíduo, ou dos demais que estão expostos no blog demonstram um nível extremo que não pode ser entendido como um afastamento do mundo somente, mas uma exclusão do mundo. Ao mesmo tempo que, sua existência e a aniquilação de sua existência parecem uma condição indispensável para a ideia de segurança e boa vivência de um grupo imaginado sob o rótulo de “cidadãos de bem”, onde o ódio une alguns policiais e “cidadãos de bem” em um discurso de aniquilação.

Em uma publicação da página do *Facebook* “Admiradores ROTA” na qual aparece uma foto tirada de um perfil de uma menina de aproximadamente quinze anos de idade, e a sua uma publicação pessoal para amigos que dizia “EU desafio voce’s mata um polícia”. Os administradores da página, responsáveis por publicar os conteúdos nelas vinculadas se limitaram a dizer: “Olhem isso !!! Lamentável!!!”. Essa publicação teve em dois dias 422

¹ **Admiradores Rota**. Disponível em <<http://admiradoresrotaoficial.blogspot.com.br/>>Acessado em: 20/08/2014

peessoas que curtiram, 78 compartilhamentos e 516 comentários, dentro os quais alguns diziam:

Comentário 1: isso não é apologia a violência e a morte de um cidadão além de um militar??? Que tal as autoridades tomarem providência sobre essa desacato !!?(sic)

Comentário 2:Eu "DESAFIO" um policial fazer um grande favor para nós e postar mais umas 3 fotos de MALAS mortos antes da meia noite de hoje!

Comentário 3: A vagaba acabou de fazer 15 anos... é ou não é de ficar fulo????

Comentário 4: É de foder! Por isso que esse país está a mesda que ta! Tem muito vagabundo nesse Brasil!



Comentário 5:

Esse conjunto de comentários, que mistura opiniões diversas sobre a publicação explicitam, se pensarmos em Arendt, um comentário de falta de credibilidade do âmbito público, ligando o problema desse a existência de um Outro “problemático”. Em outro comentário, a resposta a publicação é exigir, com certo ódio a eliminação de “3 malas” mortos, ou seja, a foto de três indivíduos mortos em resposta a uma provocação. O comentário número três ao rotular a menina como “vagaba”, uma das variantes de “vagabunda” a essencializa como desumana. E em especial atenção a foto inserida nos comentários podemos ver uma diferenciação entre aqueles portadores de verdade, e aqueles que devem receber a verdade independente do que seja.

Dito isso, nos parece que o trabalho de Arendt que mais pode colaborar com a análise do nosso objeto é a sua obra “Eichmann em Jerusalém: A banalidade do mal”. Ao analisar o julgamento de Eichmann a autora cunha um conceito que nos parece um conceito mais próximo para entendermos a nossa realidade empírica e o nosso objeto de estudo.

A banalidade do mal se refere a um mal praticado no cotidiano, um ato esvaziado de reflexão por parte daqueles que o praticam. Por isso a autora caracteriza Eichmann como um burocrata, que se preocupava em cumprir ordens e acender na hierarquia do Partido Nazista, e não tinha qualquer reflexão sobre a questão do genocídio judeu, ou a outros crimes de guerras cometidos pelo mesmo nazismo com sua colaboração. Eichmann para Arendt era

incapaz de formular algo além de clichês e repetições de alegações comuns e de um exame de consciência.

A autora destaca que Eichmann não era distinto de uma pessoa comum, um burocrata que recebia ordens e colocava em funcionamento a “máquina” do sistema, assim como inúmeras pessoas, em muitos lugares e contextos distintos. E é a capacidade de reflexão que permite um juízo pessoal da separação do que é certo do que é errado, dito de outra maneira, a nossa capacidade de discernimento e julgamento, deixando claro assim a interdependência entre a irreflexão e a maldade. A banalidade do mal é concretamente uma característica de uma cultura carente de pensamento crítico, em que qualquer um independente da sua “raça ou nação” pode exercer a negação do outro e de si mesmo.

De outra maneira, ainda no caso de Eichmann, ele mesmo e seu defensor no julgamento mobilizaram o argumento como “somente culpado por seguir ordens” e que, por seguir ordens o tribunal de Jerusalém não tinha autoridade para julgar atos de um outro Estado. Uma vez que ele, Eichmann, não havia cometido um crime contra as leis nazistas, dessa forma seria inocente na Alemanha e no entendimento comum do direito internacional que diz que um ato de Estado não pode ser julgado por outro Estado por questão de cidadania.

O que nos chama a atenção é quando a banalidade do mal faz parte por assim dizer de uma “razão de Estado”, que de forma direta ou indireta, permite e engendra uma matança administrativa. Como matança administrativa a autora mobiliza o caso com colonialismo do império britânico que utilizaram esse meio para manter o domínio sobre a Índia, demonstrando assim que os atos de monstruosidade não são somente cometidos contra nações estrangeiras, uma raça distinta.

Nos parece também que é necessário destacar como essa “razão de Estado” junto ao que Arendt chama de “império de ninguém” é de fundamental importância para que possamos entender o nosso objeto de estudo, e como a maquinaria de justiça do estado de São Paulo reforça e engendra os atos da ROTA. Como império de ninguém a autora entende uma forma de administração política que é a burocracia, à medida que não é possível determinar dentro dessa forma de administração uma responsabilidade isolada para cada decisão, e as competências são particionadas dificultando o reconhecimento e a responsabilização dos sujeitos.

Para tanto, argumentamos que no estado de São Paulo o controle da violência policial é um grande desafio (Neme, 1999; Caldeira, 2000). Argumentam as autoras que mesmo sobre o

pretexto de garantir a “paz e a ordem” à sociedade contra o “bicho papão” da criminalidade, diante da incitação do medo na sociedade por grupos antidemocráticos, a polícia não deixou nesse processo de transição de controlar camadas trabalhadoras em bairros pobres, onde os olhos do Estado só pairam para uma constante vigilância (Caldeira, 2000).

A violência policial para Neme é o obstáculo para a consolidação democrática, pois são constantes as infrações à Constituição e a dificuldade da instituição policial em adaptar suas ações pautando-as pelas regras democráticas (Neme, 1999.). Avalia que tal problema não se limita à instituição policial, mas sim na origem na administração governamental, que utilizaria a violência como um instrumento à disposição dos interesses que a controlam, sublinhando as finalidades particulares na instrumentalização da força física.

Neme constrói uma análise baseada em “saídas” do poder público para legalizar as violências policiais, como a letalidade policial. Para tanto, explica como em vários momentos históricos apresentam-se alternativas legais que permitem o uso da letalidade de forma restrita dentro do estrito cumprimento do dever. No estado de São Paulo tínhamos a resistência seguida de morte, um termo que remete ao quesito jurídico que preenche os requisitos legais para uma excludente de ilicitude, isentando o policial inclusive de uma investigação sobre a ação. O problema reside no fato de uma limitada capacidade institucional e jurídica de avaliar a legalidade da ocorrência. Avaliar se os dois requisitos, a defesa da própria vida e/ou da vida de outros, foram atendidos.

Ainda de maneira mais ampla, quando falamos de polícia no Brasil e sua posição no sistema judiciário. A própria polícia tem um papel subalterno dentro do sistema judiciário, a sua “proximidade” com os eventos “criminosos”, fazem com que juízes e promotores desconfiem do seu trabalho. A polícia portanto mesmo fazendo parte do sistema legal se apresenta nas camadas inferiores do mesmo e, em uma posição de inferioridade dentro de tal sistema a instituição é marcada por um permanente estado de “liminaridade”, ou seja, representa uma potencial ameaça às estruturas de controle social estabelecidas. Tal limiaridade é marcada pela definição ambígua de atribuições contraditórias destinadas a polícia pelo sistema judiciário (Kant de Lima, 2009).

Nesse sentido, quando a ação da polícia não é devidamente investigada demonstra-se uma conivência e um processo de “cartorização” das outras instituições, nos quais as responsabilizações sobre os homicídios, ou demais abusos policiais se perdem no que Arendt chama de império de ninguém. De outra maneira, não podemos imaginar que ao entrar nessa

maquinaria burocrática, e se perder, ser colocada de “debaixo do tapete” os abusos policiais não sejam ou se constituam como um ato de Estado.

A problemática apontada até aqui, nos faz pensar sobre a necessidade de pensar sobre outros caminhos analíticos que precisamos seguir para aprofundarmos o nosso entendimento sobre o objeto de estudo. Assim, acreditamos que não se trata, como propõem Caldeira e Neme, de uma questão de simples adaptação ao processo de redemocratização. Pois, como vimos com Arendt até aqui, não se trata de uma mera questão de desenho institucional, mas antes, de modos específicos de verdades e fatos que tem continuidade na sociedade de uma maneira geral.

Conclusão

Para finalizar, os discursos enunciados como forma de publicação nas páginas utilizadas nesse exercício analítico, não devem ser tomadas apenas como mera tensão virtual, como algo irrisório, muito pelo contrário, devem ser levadas a sério. Devemos considerar, como salienta Foucault, que os discursos enunciados são também impressos pelos sujeitos por meio de práticas, pautando estratégias, táticas e mecanismos no confronto com o outro. Os discursos presentes nas páginas são um reflexo ainda opaco das movimentações e das práticas dos agentes, pois são feitos em um espaço com muita visibilidade, escondendo-se assim, os enunciados mais desenvolvidos em espaços privados, com pessoas de confiança.

As tensões percebidas nos meios midiáticos, como essas páginas não começa e se finda nesse espaço, é, entretanto, mais um espaço atravessado por um conjunto de tensões sociais, de construção de identidades e pertencimentos de grupos, de circulação dos postulados doutrinários destes, é por fim só mais um efeito de poder. Ainda, essas disputas, por esses meios, retroalimentam o ódio entre os sujeitos, subsidiam argumentos de desumanização do outro, tornando-o destrutível, aniquilável.

Referências

Arendt, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Companhia das Letras, 1987.

_____. *A condição humana*. Forense-universitária, 1981.

_____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Editora Companhia das Letras, 1999.

Caldeira, T. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.

Becker, Howard S. *Outsiders*. Simon and Schuster, 2008.

Elias, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Zahar, 2000.

Foucault, M. *Ordem do discurso (A)*. Edições Loyola, 1999.

Foucault, M. "Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)." (1999).

Kant de Lima, R. *Ensaio de Antropologia e de direito*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009

Neme, C. *A instituição policial na ordem democrática: O caso da Polícia Militar de São Paulo*, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1999.